

Ata número dezassete

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

Ao décimo sétimo dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte e três, pelas 10:00 horas na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniram a Câmara Municipal de Belmonte, sob a Presidência do Senhor Presidente Dr. António Pinto Dias Rocha, estando presentes, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Gabriel Esteves Borralhinho, os Senhores Vereadores André Filipe Reis Rosa Correia, José Pereira Carrola Mariano e Carlos Alberto Duarte Afonso, comigo António José Pimenta de Melo, Chefe da Unidade Técnica Municipal Administrativa.

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

- A.1.) Aprovação da Ata da Reunião da Câmara Municipal, realizada em 3 de agosto de 2023
- A.2.) Período Antes da Ordem do Dia
- A.3.) Período da Ordem do Dia
 - A.3.1.) DGESTE - Movimento anual da rede educativa para o ano escolar 2023/2024
 - A.3.2.) Informação n.º 93/GAS/23 – Proposta de encerramento dos estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar
 - A.3.3.) Centro de Assistência Paroquial de Caria – Síntese da reunião de 2 Agosto 2023
 - A.3.4.) Bright City – Apresentação de Comunidade de energia renovável
 - A.3.5.) Alteração do Tarifário de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO

- B.1) Decisões Tomadas ao Abrigo da Delegação de Competências
- B.2) Deliberação à abertura do período de discussão pública da proposta da revisão do Plano Diretor Municipal de Belmonte, nos termos do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 11 de maio - Informação n.º 305/SEPO/DTMPOU, datada de 11 de agosto de 2023.

A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA

A.1) – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2023

A Câmara Municipal de Belmonte, deliberou aprovar pelos Senhores Vereadores presentes na última reunião, a Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal, que teve lugar em 3 de agosto de 2023.

A.2) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que se tinha realizado a Feira Medieval de Belmonte no fim de semana passado, tendo o mesmo a ideia de que tudo tinha corrido bem e dentro das perspetivas que tinham. Aludiu que este ano se tinha gasto um pouco menos do que nos anos anteriores. Contudo tinham tido um número de visitantes talvez superior aos outros anos. Mencionou que quem percebia do assunto lhe tinha comunicado que o número de visitantes rondava as cinquenta e as sessenta mil pessoas o que era bastante bom.

Asseverou que talvez os feirantes, tenham uma melhor perspetiva do que eles próprios relativamente ao número de pessoas que visitaram a feira.

Aludiu do que tinham conversado com os feirantes e os mesmos tinham transmitido que a feira tinha sido boa, sendo que os mesmos achavam que os três dias era o mais adequado para a altura do ano que se realizava a feira.

Deu nota que as pessoas também transmitiram que tinham gostado dos espetáculos a que assistiram.

Mencionou que de uma maneira geral a feira tinha corrido bem, tanto para os feirantes, como para aqueles que se vinham divertir, assim como para os comerciantes de Belmonte de uma maneira geral, para a restauração e para o alojamento, sendo que das trezentas e trinta camas que julgava existirem em Belmonte, as mesmas estavam ocupadas a 100%.

Informou que amanhã irá partir para o Brasil com a comitiva dos jovens alunos que tinham ganho o Prémio Pedro Álvares Cabral. Esperando que tudo corresse bem, mas que no dia 26 de agosto já estariam em Belmonte.

Deu ainda conhecimento que o Executivo não se sentiria bem se não pagasse aos jovens que tinham resolvido não irem ao Brasil, dando-lhes assim a esses jovens uma compensação no valor de 1.000,00€ (mil euros), pelo prémio. Aludiu que todos os prémios já tinham sido entregues à exceção de um jovem que se encontrava de férias.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Afonso, tomou a palavra e começou por desejar uma boa viagem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pela

sua ida ao Brasil, assim como aos jovens que receberam o Prémio Pedro Álvares Cabral.

Salientou que tinham existido dois momentos importantes na Feira Medieval, e que pensava que em termos genéricos a feira tinha corrido bem. Aludiu que um dos momentos que o tinha marcado, tinha sido o teatro comunitário, tendo sido o momento alto da Feira Medieval e que o outro momento tinha sido a Ceia Medieval, tendo tido a mesma pouca adesão. Todavia, achava que a mesma deveria repetir-se desta forma.

Sugeriu que a próxima Feira Medieval começasse a ser pensada mais cedo, porque se assim fosse talvez envolvesse mais a comunidade e a feira teria outro futuro e iria crescer.

Aludiu que o que tinham feito os cidadãos do concelho na peça de teatro, provava isso mesmo, pois se as pessoas fossem envolvidas elas aderiam.

Asseverou que a Feira Medieval, pecava um bocado pela pouca envolvência da comunidade local, aludindo que era um trabalho que tinha que ser feito e que não podia ser feito em cima da hora, pois tinha que ser preparado atempadamente.

Mencionou que a Feira Medieval tinha tido excesso de barracas de bijuteria.

Referiu que na sua opinião a Feira Medieval tinha sido muito positiva, mas que haveria sempre gente que diria mal da mesma, pois regra geral quem dizia mal da feira eram as pessoas que nem sequer vinham à mesma. Logo não deveria ser isso que os preocupava, pois dever-se-ia fazer um esforço para que ela melhorasse, porque havia sempre a possibilidade de melhorar.

Seguidamente referiu que se sentia na obrigação de falar novamente do Festival Zeca Afonso, por uma razão muito simples, pois tinha visto uma coisa escrita, logo a necessidade de fazer uma intervenção a esse respeito. Intervenção essa que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente
Senhores Vereadores
Senhores Assessores
Público presente
Comunicação Social
Festival Zeca Afonso

Belmonte organizou pela segunda vez o festival Zeca Afonso, uma organização do Município em colaboração com a Associação Desportiva, este tem por objetivo lembrar e dignificar o nome deste expoente máximo da música portuguesa. Desta vez de uma forma descentralizada, com vários palcos em Belmonte e Caria.

Este festival teve vários momentos altos. Começou com a apresentação do livro “As Palavras-chave das Canções de Zeca Afonso” de Jorge Martins. Seguido de um momento musical junta à estátua que perpetua em Belmonte a sua passagem por esta terra, deste ser humano de uma envergadura moral e intelectual inigualável, reconhecido no mundo inteiro. Por quem os belmontenses nutrem um carinho especial.

Na noite de 29 de Julho o palco do castelo encheu, para ouvir a voz poderosa de Luís Galrito acompanhado por António Hilário e com uma grande surpresa o grupo Trilha que encantou o público presente. Estiveram ainda nesta noite memorável um grupo de jovens holandeses de passagem por Belmonte a caminho da JMJ. A quem se fez uma explicação na sua língua materna, de quem foi José Afonso e o grande significado que este teve na música portuguesa e na Revolução de Abril.

No dia 30 o palco foi o da Casa Etnográfica de Caria, onde o Grupo de Cantares da Toca da Moura presenteou os presentes com canções do folclore português e do Zeca. Esteve ainda em palco uma grande voz da região Cesar Prata que cantou Zeca Afonso e só unicamente parte do repertório do seu cancionero popular, delicioso e uma amostra que Zeca Afonso foi imenso e de uma grandiosidade incomensurável, um canta autor que cantou como ninguém as agruras da vida dos portugueses e assim como entrou no cancionero popular profundo. O dia 31 e último dia do festival voltou ao palco do castelo onde esteve a Rita Vian com outro género de música virada para as camadas jovens.

Belmonte nutre um carinho especial por este canta-autor, pois nos anos quarenta do século XX viveu aqui nesta nossa terra, em plena segunda guerra mundial, com apenas dez anos de idade, aqui aprendeu os primeiros acordes musicais, e as primeiras canções ensinadas pelo seu tio Filomeno que era um grande cantor. Zeca brincou nas ruas de Belmonte, em particular no largo que hoje tem o seu nome e a sua estátua. Que tão criticada tem sido e continua a ser, a liberdade permite discordar, é assim a democracia e temos que aceitar.

Sobre a dita estátua da discórdia. Existem no país alguns que se autointitulam como representantes máximo do legado desta grande figura, incontornável do panorama musical português, do poeta, do cantor, do músico, do Humanista que jamais será esquecido em Portugal e no mundo. Aquela estátua, que muitos discordam por um conceito estético, é aceitável, mas há outros que a sua discórdia é por pura inveja, para esses digo, Belmonte não precisa de tutelas morais para lembrar esta figura que muito nos diz, porque nós aqui não ganhamos dinheiro para invocar o seu nome, lembramos Zeca Afonso pelo que representa, pela sua simplicidade pela sua generosidade e pelas amizades que aqui fez, nesta terra que ele nunca esqueceu.

Para quem tenha dúvidas que ele tinha carinho pelas gentes de Belmonte, que lhe deram algum amor, numa parte muito difícil da sua adolescência, longe dos pais e quase abandonado, o menino Zezinho como lhe chamavam as manas Martinho, aqui participou em vindimas, matanças, brincou, jogou à bola. José Afonso veio a Belmonte nos últimos anos da sua vida, quando veio despedir-se da beira que tanto ele cantou e amou. Nessa visita mostrou a sua grandiosidade, procurou um amigo de infância o Joaquim Machado, um dos amigos com quem jogou à bola no castelo, procurou-o para lhe pedir desculpa, porque numa brincadeira dos anos quarenta lhe ter partido a cabeça, as desculpas foram aceites e a despedida foi feita com um grande abraço.

A estátua está a cumprir o seu papel, perpetuar e lembrar esta figura grande da cultura. Quem estiver atento vê com frequência, os guias turísticos que acompanham os vários grupos que visitam Belmonte portugueses e estrangeiros, a explicar quem foi aquela figura e o papel que teve na revolução, e, o que simboliza o cravo que ergue na mão. Em particular os espanhóis conhecem a figura e a Grândola.

Por tudo o que afirmei, digo ao Senhor Presidente António Rocha, obrigado por ter materializado uma decisão da Assembleia Municipal aprovada por unanimidade no ano de 1987 após a sua morte.

Zeca foi, e é, um expoente máximo da música portuguesa. A sua obra musical foi uma grande arma de arremesso contra o fascismo, na luta pela liberdade, pagou muito caro essa sua intervenção cívica, recriou o cancionero popular de norte a sul do país como ninguém.

Como Zeca Afonso disse: “Ninguém diga o que não sabe. Nem afirme o que não viu”. Afirmou ainda quando deixou de poder cantar: “Fui cantor porque deixei de ser professor e finalmente sou coisa nenhuma porque deixei de ser cantor”. Como também o meu amigo Dr. Ferraz Alçada disse: “Morreu como sempre viveu: sem pé-de-meia, sem fundo de maneo, sem saco azul, sem subsídios, sem ajudas de custo, sem reforma - sem nada”.

Temos obrigação de perpetuar o seu nome e a sua obra, e estamos a fazê-lo com sucesso, o festival é a grande prova disso. Tivemos em palco um grupo formado por três jovens com idades entre os 17 e 21 anos de Belmonte a “TRILHA” que cantou brilhantemente Zeca Afonso, assim provam que a semente também aqui está a germinar e que com o nosso contributo e todos os que se realizam por esse país fora o HUMANISTA jamais será esquecido.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, retomou a palavra e em relação à intervenção do Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Afonso, referiu que provavelmente seria suspeito uma vez que toda a gente sabia o que sentia e o que pensava e tem tentado transmitir aquando das várias realizações do Festival Zeca Afonso o que pensava acerca do que representava o Zeca Afonso para Belmonte. Sendo o Zeca Afonso uma referência pelo que se tinha a obrigação de preservar e a obrigação de mostrar até porque os jovens não sabiam o que era antes do 25 de abril e muitas vezes sabiam o que se passou depois do 25 de abril pelas piores referências.

Aludiu que subscrevia inteiramente o que o Senhor Vereador Carlos Afonso, tinha dito como amigo do Zeca Afonso, sendo que o mesmo tinha sido uma referência para Belmonte.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Mariano, tomou a palavra e referiu que tinha estado em representação da Câmara Municipal de Belmonte no encerramento das Férias Ativas, pelo que trazia uma mensagem dos alunos que

participaram nas férias. Tendo os mesmos referenciado que tinham gostado muito e que a Câmara Municipal no próximo ano repetisse o apoio que tinha sido dado este ano.

Asseverou que o próprio tinha gostado muito, pois era sempre bom ver aquela equipa que apoiava os jovens, sendo da opinião que no próximo ano se deveria repetir as Férias Ativas.

Relativamente à Feira Medieval referiu que achava que já se tinha dito tudo. Contudo fazia um aparte que era referente à Ceia Medieval, que tinha tido pouca adesão. Todavia, tinha sido uma ceia bastante boa e o qual tinha gostado bastante, assim como também todos os presentes tinham gostado.

Para terminar, referiu que gostava de chamar a atenção para o seguinte: estavam a surgir novamente buracos nas estradas municipais, chamando a atenção para o buraco que se encontrava no cruzamento de Malpique, que era uma autêntica desgraça, sendo que no dia anterior um jovem tinha rebentado um pneu. Solicitando assim, que o buraco fosse tapado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, retomou a palavra e agradeceu a intervenção do Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Mariano.

Mencionou que estava preocupado com os buracos

Deu conhecimento que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, ficava com indicações para que nesta semana fosse resolver os contratos que estavam por realizar nomeadamente o do Ramal de Malpique e da Rua dos Bombeiros Voluntários.

No que diz respeito às Férias Ativas referiu que as mesmas eram para continuar tendo também sabido que as mesmas tinham corrido bastante bem e que tinham sido bem representados.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, André Reis, tomou a palavra e saudou os presentes.

Seguidamente e relativamente aos buracos aludiu que também gostaria de dizer uma palavra, contudo não pretendia com isto nem criticar nem ridicularizar o assunto porque era de facto um assunto importante e que se tinha de resolver efetivamente.

Mencionou que recentemente tinha estado de carro no sul de Espanha mais propriamente na zona de Huelva e ao olhar para as estradas nessa zona ele diria que em Belmonte se tinham autênticas autoestradas, comparadas com aquelas estradas que não tinham buracos, mas sim crateras autênticas. Todavia ter-se-ia de resolver essa situação, ou seja, de se tapar os buracos. Mas ainda assim a situação não era tão má como era na altura da campanha eleitoral em que o próprio Presidente tinha reconhecido isso na altura. Portanto estava-se a trabalhar e as coisas estavam a ser feitas.

Em relação à Feira Medieval referiu que este ano infelizmente não esteve presente, no entanto tinha acompanhado a feira à distância e pareceu-lhe efetivamente e

como o Senhor Presidente já tinha referido que tinha sido mais uma vez um grande sucesso e que tinha corrido bem. Que a mesma tinha tudo para continuar a acontecer da maneira que tem acontecido.

Prosseguiu referindo que tinha dois assuntos que queria abordar, nomeadamente tinha visto que a União Desportiva de Belmonte tinha eleições marcadas para o dia vinte e seis de agosto e que era de saudar o ato democrático. Mencionou que podia ser também que com o surgimento das listas candidatas à direção da União Desportiva de Belmonte se viesse agora a demonstrar alguns dos motivos reais que levaram à sabotagem da escola de futebol. Aludiu que deveríamos ver como é que serão constituídas essas listas. Achava que essa história ainda não tinha sido toda bem contada e podia ser que agora com as listas que iriam aparecer ou com a lista que irá aparecer se percebesse alguns dos verdadeiros motivos por detrás dessa história.

Asseverou que posto isto queria também fazer na presente reunião tal como o Senhor Vereador Carlos Afonso tinha já feito, sendo que iria fazê-lo de uma maneira diferente ou seja, não iria referir nomes nem iria referir o órgão em concreto mas que se queria dirigir à comunicação social. Aludiu que já há algum tempo que tinha deixado de acompanhar o Facebook por razões diversas, no entanto por via da sua esposa e por via daquele que tinha sido o seu diretor de comunicação durante a campanha o Dr. José Luís Carvalheiro, iam-lhe fazendo chegar prints do Facebook de um órgão de comunicação social regional acerca das declarações que o mesmo tinha prestado quando tinha regressado às reuniões de câmara após a sua prolongada ausência. Referiu que nomeadamente um artigo jornalístico tinha feito um juízo do que o próprio tinha dito acerca da Ana Louro e também juízo de valor acerca das decisões que poderiam ter sido tomadas ou não por causa da sua ausência.

Frisou que em primeiro lugar e em relação a isso, todo esse artigo fez-lhe lembrar uma cadeira do curso de Direito que era a História de Direito Português, onde esse artigo na sua opinião e no que dizia respeito a essas interpretações extensivas que tinham sido feitas do que o próprio tinha dito demonstravam muito *ars invendiendi* e *ars invendiendi* era a arte de inventar em latim, nomeadamente *ars invendiendi* aparecia na cadeira de História de Direito Português, uma vez que era um dos três pilares para a criação da lei quando a lei ainda não existia e tinha sido mais ou menos isso que tinha acontecido nesse artigo. Coisas que o próprio não tinha dito e que tiveram de ser inventadas para meter e para criar mais crispação e mais problemas, como se os que já existiam já não bastassem. Portanto, o que tinha dito em relação à Ana Louro, a número três da lista que tinha encabeçado era que de facto não tinha pedido a sua substituição apesar de reconhecer todo o valor à sua pessoa e não tendo nada contra a ela. No entanto e face ao desenvolvimento das coisas e face ao que tinha acontecido no momento pós-eleitoral não se via representado pela Ana Louro neste Executivo, pois não via que a sua opinião estivesse devidamente representada no Executivo.

Aludiu que tinha sido feito nesse artigo um juízo de valor sobre aquilo que ele tinha dito. Pois mais ou menos tinha sido referido/dito que se não tinha nada contra

imagine-se se tivesse. Portanto, queria esclarecer que de facto não tinha nada contra a Ana Louro, nem contra a qualquer outro membro das listas que tinha encabeçado. O que sucedia prendia-se simplesmente com posições tomadas no momento pós-eleitoral era segundo esses parâmetros que se iria reger daqui para a frente. No entanto a mesma pessoa que o próprio tinha abraçado no encerramento da campanha e a que tinha agradecido tinha sido a mesma que lhe agradeceu também, ou seja, a Ana Louro, agora com uma diferença é que se tinha deixado consumir pelo ódio sistémico que foi criado contra o André Reis na altura das eleições, um ódio que embora já começasse a brotar ainda era inferior àquele que se sentia pelo Dr. António Dias Rocha. Mas uma coisa não mudava as pessoas, portanto a nível pessoal não tinha nada contra a Ana Louro. A Ana Louro era uma pessoa extraordinária que certamente faria um trabalho extraordinário, mas que neste momento e face às circunstâncias não o representava.

Em relação às decisões que poderiam ter ficado por tomar por causa da sua ausência, referiu que também gostaria de dar um exemplo um bocadinho cómico do qual ainda se lembrava da Faculdade de Direito, nomeadamente a Teoria Geral de Direito Civil em que tinha tido como professor o Dr. Carlos Lacerda Barata que nas praxes orais fazia sempre a mesma pergunta. E a pergunta era o que era isto há uns anos atrás em que agora o regime legal já tinha mudado, mas que há uns anos atrás ele questionava sempre “o que é uma vaca paralítica com as quatro patas enterradas na areia ali na Ericeira?”, sendo que ele pretendia que se respondesse que tipo de bem era se era um bem móvel ou um bem imóvel ou seja um outro aluno desatento porque ouvia vaca paralítica com as quatro patas enterradas na areia , logo dizia que era um bem imóvel, mas hoje em dia já nem sequer era imóvel. Pelo que na altura ainda era um bem imóvel porque um animal era um bem móvel se estava paralítica com as patas enterradas ou não deixava de ser animal por causa disso. Portanto o próprio estar cá ou não estar iria dar exatamente a mesma coisa porque como já referiu sobejamente manteve-se em contacto com o Senhor Presidente e tinha a certeza que se houvesse algum assunto e aliás, recebia a documentação das reuniões de câmara normalmente portanto tinha a certeza que se houvesse algum assunto eu discordasse ou que achasse que deveria dar a sua opinião o Senhor Presidente teria atendido o telefone, teria ouvido a sua opinião e teria certamente tido a sua opinião em conta. Portanto não tinha ficado nenhuma decisão por tomar nem nenhuma decisão foi tomada por causa da sua ausência. Dito isto esperava sinceramente que os tais machados de guerra fossem de vez enterrados e que a comunicação social também não contribuísse para que esses machados de guerra continuassem a ser desenterrados e que continuassem a ser discutidos assuntos que não eram assuntos, tendo até um termo para essa situação que não era o mais politicamente correto, por isso não o usar. Contudo todas essas quezílias não contribuían em nada para o futuro do concelho nem para o seu desenvolvimento. Portanto esperava sinceramente que todos tivessem o mesmo propósito que era o desenvolvimento do concelho de Belmonte.

A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A.3.1.) DGESTE - MOVIMENTO ANUAL DA REDE EDUCATIVA PARA O ANO ESCOLAR 2023/2024

Foi presente pela DGESTE, datada de 28 de julho de 2023, o assunto Movimento Anual da Rede Educativa para o Ano Escolar 2023/2024.

DELIBERAÇÃO:

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou aprovar por unanimidade manter o Jardim de Infância no Centro Escolar de Caria e dar-lhe o nome de Centro Escolar de São Marcos de Caria. Assim como ficou o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de contatar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caria no sentido de saber se o mesmo concordava com esta solução.

A.3.2.) INFORMAÇÃO N.º 93/GAS/23 – PROPOSTA DE ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR

Foi presente à reunião de Câmara, pelo Gabinete Ação Social da Autarquia, a Informação N.º 093/GAS/2023 relativamente à proposta de encerramento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar do Colmeal da Torre e do Carvalhal Formoso.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Mariano, tomou a palavra e referiu que era contra ao encerramento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar do Colmeal da Torre e do Carvalhal Formoso, pois a educação não tinha preço e que tirar as crianças da sua zona de residência era mau, sendo que também essas localidades iriam ficar mais pobres porque iriam perder uma unidade de educação.

DELIBERAÇÃO:

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Borralhinho e dos Senhores Vereadores André Reis e Carlos Afonso e o voto contra do Senhor Vereador José Mariano, aprovar a proposta de encerramento dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar do Colmeal da Torre e do Carvalhal Formoso. Todavia, iriam ser ouvidos os pais e posteriormente este assunto iria novamente à reunião de Câmara com a decisão final.

A.3.3.) CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA – SÍNTESE DA REUNIÃO DE 2 AGOSTO 2023

Foi presente à reunião de Câmara, pelo Centro de Assistência Paroquial de Caria, datada de 4 de agosto de 2023, uma síntese-resumo daquilo que tinha resultado do acordado entre o Centro de Assistência Paroquial de Caria e o Município de Belmonte, na reunião ocorrida no dia 2 de agosto de 2023.

DELIBERAÇÃO:

A Câmara Municipal de Belmonte, tomou conhecimento da síntese-resumo da reunião ocorrida em 2 de agosto de 2023, entre o Centro de Assistência Paroquial de Caria e o Município de Belmonte.

A.3.4.) BRIGHT CITY – APRESENTAÇÃO DE COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL

Foi presente à reunião de Câmara, pela *Bright City*, datada de 1 de agosto de 2023, a proposta da Comunidade de Energia Renovável a implementar no Município de Belmonte.

DELIBERAÇÃO:

A Câmara Municipal de Belmonte deliberou aprovar por unanimidade a proposta da Comunidade de Energia Renovável a implementar no Município de Belmonte, apresentada pela Bright City.

A.3.5.) ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Foi presente à reunião de Câmara, para discussão e aprovação a Alteração do Tarifário de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Afonso, tomou a palavra e referiu que tinha analisado esta situação, sendo que a mesma era clara e que sempre tinha defendido há mais de trinta anos que a água deveria subir anualmente de acordo com a taxa de inflação, pelo que não tem sido essa a posição do Município. Todavia, neste país existia este drama terrível de se criarem instituições para impor como era o caso da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos). Salientou que o Município não iria subir somente a água, mas sim também iria subir um conjunto de taxas no valor dos quarenta por cento. Ao olhar-se para o parecer da ERSAR, via-se que ainda não estava enquadrada nesta subida. Parecendo que só retirávamos dessa leitura as recomendações do valor da subida pois havia outros itens que eles referiam

outras inconformidades com a lei. Contudo não queria entrar muito nisso porque se o próprio não achava válido o parecer da ERSAR para subir a água, também não tinha nada que achar válido as outras considerações que ali tinham. Todavia para quem achava que era obrigação seguir as orientações da ERSAR, achava que a proposta deveria contemplar tudo o que a ERSAR recomendava. Asseverou que enquanto o Município tiver situações em que as pessoas não paguem a água e enquanto houver ruturas constantes e o Município não as resolva, achava que não era de bom tom que se subisse o valor do preço da água e dos outros serviços. Ficasse bem claro, que existia um grupo muito significativo de pessoas que não pagavam a água e que agora se iria lançar um aumento de quarenta por cento para aqueles que vão cumprindo regularmente com as suas obrigações. Não propunha que este ponto fosse adiado, pois não era o próprio que tinha essa responsabilidade de fazer essa gestão. Contudo se o parecer da ERSAR servia para subir deveríamos também aceitar todas as recomendações que a ERSAR tinha mencionado e que não estavam de acordo, pois na fatura aplicava-se taxas que não estavam de acordo com lei assim como benefícios que não estavam de acordo com a legislação.

Asseverou que continuava a achar que a água no concelho de Belmonte era barata. Contudo também o Senhor Presidente tinha a mesma noção que uma grande parte da água que pagávamos ao Município era das ruturas existentes. Aludiu que se tinha uma rede que estava podre e com canalizações novas. Tendo também consciência das limitações económicas do Município.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, José Mariano, tomou a palavra e referiu que dos quatro mil e quinhentos contadores que existiam uma grande parte deles não eram vistos há muito tempo e muitos dos contadores estavam avariados. Logo ao não serem feitas as leituras o Município era prejudicado em muito dinheiro.

Relembrou que tinha ficado acordado que só depois das leituras estarem atualizadas é que se revia o valor da água.

Asseverou que reconhecia que o valor da água era baixo, assim como o saneamento e os resíduos sólidos. Pelo que a sua posição era de votar contra a Alteração do Tarifário de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, André Reis, tomou a palavra e mencionou que iria votar favoravelmente.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. Paulo Borralhinho, tomou a palavra e referiu que iria fazer uns esclarecimentos relativamente àquilo que foram dizendo no que dizia respeito à água ser barata.

Aludiu que se precisava de aumentar a água, pois o Município precisava de se equilibrar financeiramente. Asseverou que a única coisa que a ERSAR tinha feito foi um estudo em que dizia que para que o Município ter equilíbrio financeiro entre aquilo

que era a receita e despesa do Município relativamente à água e aos outros resíduos teria que o Município ter um certo valor de faturação, situação que não se tinha.

Deu nota que não se tinha ido para os valores que a ERSAR dizia, porque também tinham consciência entre aspas que parte da culpa era do Executivo, por causa das perdas e da gestão que era feita da rede de contadores.

Quanto à questão do aumento da água, mencionou que a proposta já estava no orçamento deste ano. Pelo que aumentar a água no início do ano já era uma receita que o Município contava e que não estava a ter, sendo que se tinha a necessidade de ter, porque aquilo que o Município estava todos os meses a investir em água fazia com que a câmara cada vez mais tivesse dificuldades financeiras e quanto mais dificuldades tivessem menos recursos teriam para poder solucionar os problemas relativos à água, não tendo assim dinheiro para os contadores, para as tubagens e para o pessoal.

Aludiu que se teria de começar por algum lado. Dando conhecimento que há algum tempo atrás a empresa só tinha ficado com a faturação, passando a gestão para o Município.

Asseverou que desde que a gestão passou para o Município, já se tinham feito todos os circuitos em termos de leituras de contadores, sendo que neste momento existiam dois contadores a trabalhar diariamente na rua que estavam a fazer esse levantamento, para além desse levantamento também faziam um relatório que era apresentado ao Senhor Engenheiro Simões que era quem estava a coordenar a equipa.

Por fim, mencionou que nesse relatório estava referenciado se o contador estava ou não avariado e se estava no interior ou no exterior.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Pinto Dias Rocha, tomou a palavra e referiu que a cobertura que o Município iria ter era de quarenta por cento do que gastavam, mas caso tivesse começado em janeiro, sendo que agora deveria ser de dez ou quinze por cento dos gastos.

Em relação ao saneamento, aludiu que já iria ser de oitenta e oito por cento e que em relação à gestão dos resíduos, seria de quarenta por cento, portanto eram valores muito baixos.

Aludiu que neste momento se estava a fazer um esforço muito grande, contudo, era inevitável deixar-se de o fazer, pelo que sabia que era um esforço grande, mas que todas as pessoas tinham de se convencer que tinham de pagar. Sendo que a pouco e pouco as mesmas se estavam a convencer porque viam que o Município estava a atuar mesmo.

Era claro que como tinha referenciado o Senhor Vereador Carlos Afonso, existiam muitas ruturas, pois tinham sido utilizadas muitas canalizações do mais barato que havia no mercado e por isso se ressentir com mais facilidade.

Seguidamente deu conhecimento que estava a pensar muito seriamente em abrir um concurso para uma empresa especializada nesta área que fizesse um estudo concreto, se dever-se-ia manter o que temos, se dever-se-ia tentar denunciar o acordo

com as Águas de Portugal, ou se dever-se-ia pensar noutra estrutura. Agora a verdade era essa, não se poderia manter os atuais valores.

Asseverou que já tinha sido dada indicação ao Engenheiro Simões, para comprar vinte caudalímetros.

Aludiu que se estava a fazer um esforço a fim de se colocar contadores nos cemitérios, em todos os edifícios públicos, Juntas de Freguesias e na Câmara Municipal, com o intuito de se saber quanto é que se estava a gastar de água.

Informou que se tinha encontrado uma solução para a rega dos nossos jardins. Esperando assim que as coisas melhorassem.

Deu conhecimento que o Senhor Joaquim Antunes, o tinha informado que já não se tinha perdas na ordem dos sessenta por cento

Para terminar passou a palavra ao Senhor Engenheiro Simões.

O Senhor Engenheiro Simões, tomou a palavra e informou que relativamente a este processo das águas desde que começaram a trabalhar em junho/julho, já tinha feito um relatório pormenorizado que estava a pensar em entregar ao Senhor Presidente com os cortes, pois já tinham existido bastantes cortes, sendo que depois desses cortes as pessoas tentavam fazer as tais ligações ilegais. Todavia, o Município já estava a acompanhar porque ao fazer-se esses cortes, passados quinze dias o próprio canalizador ia lá verificar.

Aludiu que não existia tolerância, uma vez que o corte ficava logo feito, exceto à sexta-feira.

Informou que se tinham feito umas normas técnicas de colocação de contadores, sendo que agora os projetos tinham de se cumprir com aquelas regras, ou seja, com a caixa de contadores com as dimensões que estavam estipuladas com o fixador e com os olhos de boi.

Deu conhecimento que se tinham iniciado as leituras reais, como o mês de julho tinha começado tarde só se tinha feito metade do concelho, sendo que no mês de agosto já se estava a fazer o concelho todo. Logo já se poderiam tirar conclusões, sendo que estava a fazer um mapa comparativo que depois irá entregar ao Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente, em que estavam a comparar por exemplo as leituras de julho do ano passado com as de julho deste ano, sendo que a leitura de agosto deste ano existe uma diferença na casa dos cinco, seis mil metros cúbicos por rota, o que significa que no ano passado essa situação tinha sido dada como rutura.

Mencionou que as leituras feitas estavam a ser reais, sendo que agora iria haver muita reclamação, mas que se teria de resolver, pois mais-valia que todos os problemas fossem agora.

O Senhor Vereador da Câmara Municipal, Carlos Afonso, tomou a palavra e apresentou a sua declaração de voto que se transcreve integralmente.

“Senhor Presidente Senhores Vereadores.

Por princípio sempre fui a favor e sou da subida anual da água, um bem precioso que a população do Concelho usufrui a um dos preços mais baixos do país, uma prática que já tem muitas décadas, que já vem de antes do 25 de Abril. A água sempre deu prejuízo ao município, os executivos sempre assumiram que os custos deste bem era um custo de serviços públicos a que este município está obrigado.

As dificuldades são muitas, para os cidadãos e para o município, mas a gestão da água no concelho tem contornos pouco dignificantes, isto porque uma parte dos consumidores dão-se ao luxo de não pagar com regularidade este bem que consomem, são milhares de euros mensais de faturas não cobráveis, que a inércia dos serviços não resolve, todos os consumidores que não cumprem com os seus deveres contratuais, são mensalmente premiados com mais um mês de prescrição da dívida, urge pôr fim a esta situação de uma vez por todas, como o já propus em Janeiro de 2023. Já se deram alguns passos para resolver esta situação, mas ainda há muito caminho a andar até que se resolver esta situação. Começou-se a fazer alguns cortes, não tenho conhecimento de quantos vieram pagar as suas dívidas, para evitar o corte, mas o caminho é por aí.

Analisando a proposta de aumentos da água e tudo o que lhe está associado, chega-se à conclusão que a água no 1º escalão tem um aumento de 50% passa de 0,2774 para 0,4315. Tarifa de disponibilidade aumento de 40% de 2,970 para 4,158. Saneamento variável, aumento de 40% de 2,673 para 3,884. Resíduos fixos sobe mais de 25%. Depois desta análise concluímos que a fatura da água irá ter uma subida de cerca de 40%.

Como afirmo sou a favor da subida anual da água, mas de acordo com os indicadores da inflação publicados anualmente. Embora esta minha posição esteja neste momento condicionada à resolução do problema dos consumidores devedores, isto porque os cidadãos que cumprem com as suas obrigações não têm que pagar a parte dos caloteiros.

Também este município não está a cumprir com as suas obrigações perante os consumidores, porque não faz a contagem dos contadores com regularidade. A empresa a que presta os serviços de faturação e cobrança tem dado provas mais que suficientes para que o município, não contrate mais os seus serviços, embora não seja esse o entendimento do Senhor Presidente porque continua a contratualizar os seus serviços.

As taxas cobradas pela recolha dos resíduos sólidos, taxas pagas pelos consumidores por serviços de má qualidade, sem uma higienização capaz dos contentores.

A ERSAR afirma em vários pontos do seu parecer que as novas taxas não estão de acordo com a legislação em vários itens, assim como a isenção e desconto para alguns cidadãos, que a legislação não prevê.

O município não pode de forma alguma fazer um aumento desta ordem de grandeza ou de outra qualquer sem antes fazer uma contagem rigorosa de todos os contadores, para que os munícipes não paguem água que já consumiram antes do

aumento pelo preço atualizado. As polémicas não se criam, evitam-se, esse também é o papel que cabe ao município.

Em relação à proposta em causa sou frontalmente contra, porque esta é desajustada ao momento que vivemos. O momento está a ser dramático para as famílias portuguesas e também para os nossos munícipes, com o aumento brutal do custo de vida, cada vez aos salários sobram mais mês. Esta proposta é desajustada e desproporcionada ao momento que vivemos e só pode ter sido feita por gente desconhecadora da realidade, até porque esta gente não deve saber o que é viver com o salário mínimo, que é, o rendimento da maioria dos munícipes do nosso concelho e uma grande franja o seu rendimento ainda é inferior.

Por todas as considerações feitas o meu voto só pode ser contra esta proposta de aumento da fatura da água.”

DELIBERAÇÃO:

Após a troca de impressões a Câmara Municipal de Belmonte deliberou com os votos favoráveis do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. António Pinto Dias Rocha, do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Borralhinho e do Senhor Vereador André Reis e os votos contra dos Senhores Vereadores José Mariano e Carlos Afonso, aprovar a alteração do Tarifário de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos.

B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO:

B.1) DECISÕES TOMADAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

O Senhor Presidente informou a Câmara de que por despachos do Sr. Vice Presidente datados de 26 e 31 de julho e de 4 e 9 de agosto, de 2023, e constantes dos editais n.ºs 60, 61 e 62, datados de 2, 4 e 9 de agosto de 2023 respetivamente, e no uso das competências que lhe foram delegadas, pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 25 de Outubro de 2013 - ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, havia sido proferido o despacho conforme se indica, no seguinte processo de obras, de acordo com a informação prestada pela Divisão Técnica Municipal de Planeamento, Obras e Urbanismo, que se encontra arquivada no respetivo processo e que foi transcrita ao requerente:

PROCESSO DE OBRAS N. 10/2023

NOME: Lara Joana Pinheiro Prudente Curto

PEDIDO: Construção de arrecadação agrícola

LOCAL: Saraiva - Caria

DESPACHO: Datado de 31/07/2023 – Deferido – Aprovação da Arquitetura

PROCESSO DE OBRAS N. 15/2023**NOME:** Junta de Freguesia de Caria**PEDIDO:** Construção de pavilhão para arrumos**LOCAL:** S. Marcos - Caria**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido – Aprovação da Arquitetura**PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO N. 27/2023****NOME:** Nuno Filipe da Silva Fernandes**PEDIDO:** Emissão de alvará de licença de autorização de utilização**LOCAL:** Rua da Fonte Grande - Belmonte**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE CERTIDÕES N. 68/2023****NOME:** Jorge Manuel Gonçalves Pinto**PEDIDO:** Emissão de certidão de ruína**LOCAL:** Pereiras - Belmonte**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE OBRAS SEM PROJETO N. 22/2023****NOME:** Albertina Henriques Vaz**PEDIDO:** Ocupação da via pública com andaimes**LOCAL:** Largo da Amoreira - Belmonte**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE TOPONÍMIA N. 14/2023****NOME:** Hermínio Ribeiro Gonçalves**PEDIDO:** Atribuição de designação toponímica**LOCAL:** EN 345-1, nº 761 - Alto São João – Belmonte Gare**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE TOPONÍMIA N. 28/2023****NOME:** António Moita - CCH**PEDIDO:** Certidão toponímica**LOCAL:** Rua da Romanzeira, nº 6 - Malpique**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE OBRAS SEM PROJETO N. 21/2023****NOME:** ALTICE/MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.**PEDIDO:** Construção de infraestruturas de telecomunicação/abertura de vala**LOCAL:** Freguesia de Caria**DESPACHO:** Datado de 31/07/2023 – Deferido**PROCESSO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA N. 4/2023****NOME:** Combeltgas Unipessoal, Lda.**PEDIDO:** Construção de habitação unifamiliar (artigo urbano 2324)**LOCAL:** Muro ou Tapada - Belmonte

DESPACHO: Datado de 26/07/2023 – Viabilizada com condicionantes

PROCESSO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA N. 5/2023

NOME: Combeltgas Unipessoal, Lda.

PEDIDO: Construção de habitação unifamiliar (artigo urbano 2323)

LOCAL: Muro ou Tapada - Belmonte

DESPACHO: Datado de 26/07/2023 – Viabilizada com condicionantes

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO N. 30/2023

NOME: João David Nave Almeida

PEDIDO: Emissão de alvará de licença de autorização de utilização

LOCAL: Jandisa - Belmonte

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO N. 29/2023

NOME: José Orlando Lopes Opinião

PEDIDO: Emissão de alvará de licença de autorização de utilização

LOCAL: Rua da Fonte - Malpique

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO VÁRIOS N. 96/2023

NOME: Luísa Esteves Unipessoal, Lda. – “Pastelaria Monumental”

PEDIDO: Ocupação de Via Pública com Esplanada

LOCAL: Rua 1º de Maio - Belmonte

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO VÁRIOS N. 95/2023

NOME: Luísa Esteves Unipessoal, Lda. – “Pastelaria Monumental”

PEDIDO: Ocupação de Via Pública com Esplanada

LOCAL: Rua Pedro Alvares Cabral - Belmonte

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO VÁRIOS N. 90/2023

NOME: FPRG Internacional, Lda.

PEDIDO: Ocupação de Via Pública com Esplanada

LOCAL: Rua Pedro Alvares Cabral, nº 225 e 227 - Belmonte

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO VÁRIOS N. 89/2023

NOME: Ergomoments, Lda.

PEDIDO: Ocupação de Via Pública com Esplanada

LOCAL: Rua do Castelo, nº 8 - Belmonte

DESPACHO: Datado de 04/08/2023 – Deferido

PROCESSO DE OBRAS N. 22/2021

NOME: Ana Rita Gomes de Elvas

PEDIDO: Prorrogação do prazo para execução da obra de edificação

LOCAL: Olival Grande, Lote 8 - Belmonte
DESPACHO: Datado de 09/08/2023 – Deferido

PROCESSO DE OBRAS SEM PROJETO N. 26/2023
NOME: Júlio Augusto Pinto
PEDIDO: Obras de conservação em edifício
LOCAL: Estrada das Pereiras - Belmonte
DESPACHO: Datado de 09/08/2023 – Deferido

PROCESSO DE OBRAS SEM PROJETO N. 29/2023
NOME: António Mendes Milagre
PEDIDO: Ocupação da via pública com andaimes para pintura de edifício
LOCAL: Largo 5 de Outubro - Belmonte
DESPACHO: Datado de 09/08/2023 – Deferido

PROCESSO DE CERTIDÕES N. 71/2023
NOME: Maria Estela de Jesus Serafim
PEDIDO: Certidão de ruína
LOCAL: Largo 5 de Outubro - Belmonte
DESPACHO: Datado de 09/08/2023 – Deferido

PROCESSO VÁRIOS N. 105/2023
NOME: Henrique Gonçalves Gomes – “Cellas Bar”
PEDIDO: Ocupação de Via Pública com Esplanada
LOCAL: Rua da Gambojeira – Colmeal da Torre
DESPACHO: Datado de 09/08/2023 – Deferido com condicionantes

A Câmara tomou conhecimento.

B.2.) DELIBERAÇÃO À ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 89.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 11 DE MAIO - INFORMAÇÃO N.º 305/SEPO/DTMPOU, DATADA DE 11 DE AGOSTO DE 2023.

Foi presente à Câmara o documento “Parecer sobre a Proposta do Plano Revisão do PDM de Belmonte (PCGT – 439 (ex-ID 145) – PDM – Belmonte – Revisão”, elaborado pela Técnica Superior da Divisão Técnica Municipal de Planeamento Obras e Urbanismo.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do período de discussão pública da Revisão do PDM - Plano Diretor Municipal de Belmonte nos termos do artigo 89.º do decreto-lei n.º 80/2015, de 11 de maio.

APROVAÇÃO DA ATA

A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar, desde já, toda esta Ata, nos termos do n.º 3 do Artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada esta reunião eram 11:50 horas, da qual eu, António José Pimenta de Melo, Chefe da Unidade Técnica Municipal Administrativa, subscrevi e assino a presente ata.

O Presidente

O Chefe da Unidade Técnica Municipal Administrativa

**ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS NA REUNIÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2023**

	Folhas
A) UNIDADE TÉCNICA MUNICIPAL ADMINISTRATIVA	213
A.1.) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE AGOSTO DE 2023	213
A.2.) PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.....	213
.....	219
A.3.) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	220
A.3.1.) DGESTE - MOVIMENTO ANUAL DA REDE EDUCATIVA PARA O ANO ESCOLAR 2023/2024.....	220
A.3.2.) INFORMAÇÃO N.º 93/GAS/23 – PROPOSTA DE ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR	220
A.3.3.) CENTRO DE ASSISTÊNCIA PAROQUIAL DE CARIA – SÍNTESE DA REUNIÃO DE 2 AGOSTO 2023.....	221
A.3.4.) BRIGHT CITY – APRESENTAÇÃO DE COMUNIDADE DE ENERGIA RENOVÁVEL.....	221
A.3.5.) ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DE ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	221
.....	226
B) DIVISÃO TÉCNICA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO, OBRAS E URBANISMO	226
B.1.) DECISÕES TOMADAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	226
.....	229
B.2.) DELIBERAÇÃO À ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BELMONTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 89.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 11 DE MAIO	

– INFORMAÇÃO N.º 305/SEPO/DTMPOU, DATADA DE 11 DE AGOSTO DE 2023. 229

APROVAÇÃO DA ATA 230

